



Senado prestará homenagem a Eduardo Campos no dia 20

Sessão solene será na próxima quarta, às 16h. Em nota, após a tragédia, Renan Calheiros ressaltou que “o país sofre a dor coletiva da perda de uma liderança”

O presidente do Senado, Renan Calheiros, marcou para quarta-feira, às 16h, sessão especial do Senado Federal em homenagem a Eduardo

Campos, ex-governador de Pernambuco e candidato do PSB à Presidência, que morreu aos 49 anos. Sessão solene também concederá ordem do mérito do Congresso ao político. **2**

O ex-governador de Pernambuco Eduardo Campos em discurso no Plenário do Senado, ao participar de sessão solene em 2012



Moreira Moritz/Agência Senado

Fim de taxas federais para remédios entra na pauta

Texto aproveita tempo de voluntariado em graduação

Prontuário médico poderá ter arquivamento digital

4

Ana Paula Xavier - ALA



Anibal Diniz (2º à dir): baixa lucratividade entrava a ampliação da banda larga

Teles não se interessam pelo interior, diz senador

Anibal Diniz afirmou, em debate no Acre, que o maior obstáculo à mas-

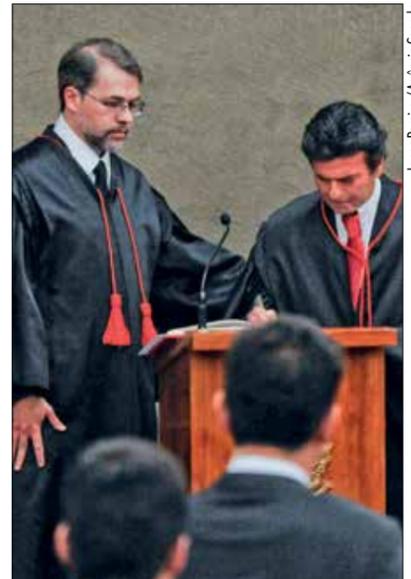
sificação da internet é o desinteresse das empresas de telefonia no interior. **3**

Luiz Fux substitui Marco Aurélio no TSE

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luiz Fux foi empossado ontem no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Ele assume a vaga de Marco Aurélio Mello, que concluiu

seu período no TSE em maio, quando ocupava a Presidência do órgão. Mello também é ministro do STF. O presidente do Senado, Renan Calheiros, esteve na solenidade. **3**

Fux toma posse observado pelo presidente do TSE, Dias Toffoli, em cerimônia prestigiada pelos senadores José Sarney e Renan Calheiros



Jonas Pereira / Agência Senado

Veja de perto o que acontece no Senado

8 canais da TV Senado na internet

Com a multiprogramação da TV Senado na internet, o cidadão com acesso a banda larga pode conferir, além da programação normal da emissora, mais sete canais que transmitem em tempo real as sessões plenárias e reuniões das comissões e subcomissões.



www.senado.leg.br/tv | Twitter: @TVSenado



Renan Calheiros convoca sessão especial do Senado para a quarta-feira, a fim de prestar homenagem ao político pernambucano, vítima de acidente aéreo

Senado fará homenagem a Eduardo Campos dia 20

Moreira Mariz/Agência Senado



Ex-governador de Pernambuco, Eduardo Campos discursando no Plenário do Senado

O PRESIDENTE DO Senado, Renan Calheiros, marcou para a próxima quarta-feira, às 16h, sessão especial do Senado Federal em homenagem a Eduardo Campos, ex-governador de Pernambuco e candidato do PSB à Presidência, que morreu aos 49 anos. Ele era um dos sete ocupantes do avião que caiu em Santos (SP) anteontem. O ex-deputado federal Pedro Valadares, que era assessor da campanha do PSB e sobrinho do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), também morreu no acidente aéreo.

Renan Calheiros destacou que vai propor a concessão da ordem do mérito do Congresso ao ex-governador. Em nota divulgada horas depois da tragédia, Renan ressaltou que “o país sofre a dor coletiva da perda de uma das mais promissoras lideranças da política brasileira”.

O presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves, que também marcou sessão de homenagem para a semana que vem, disse que Campos era um líder em ascensão.

— Era uma liderança com muito entusiasmo, muito espírito público e, de repente, uma morte brutal no seu melhor momento de vida pública — disse.

Bancada do PSB destaca “luta por um novo Brasil”

A bancada do PSB no Senado divulgou nota oficial de pesar pela morte, na quarta-feira, do candidato do partido à Presidência, Eduardo Campos. Os senadores descrevem Campos como “uma liderança jovem, arrojadada e comprometida com os anseios de mudança e renovação do país” e afirmam que a melhor maneira de homenagear sua memória é dar prosseguimento à sua luta por um “novo Brasil”.

A mensagem dos senadores

A bancada do Partido Socialista Brasileiro (PSB) no Senado Federal, profundamente chocada com a tragédia ocorrida na manhã de hoje [quarta-feira], em Santos, com o falecimento do presidente e candidato do partido à Presidência da República, Eduardo Campos, dos companheiros Pedro Valadares Neto, Carlos Augusto Leal Filho, Alexandre Gomes e Silva, Marcelo Lira, assessores de sua campanha, e dos pilotos Geraldo Cunha e Marcos Martins, num acidente de avião, manifesta sua profunda solidariedade com os familiares, amigos e correligionários de Eduardo Campos, com o povo pernambucano e brasileiro.

O PSB perde a sua maior liderança política e o Brasil perde um dos seus principais quadros políticos. Uma liderança jovem, arrojadada, comprometida com os anseios de mudança e renovação que o país tanto deseja. Mais do que isso, perde um jovem político que sonhava em transformar o Brasil num país mais justo, menos desigual social e economicamente, e que busque o desenvolvimento sustentável.

O Brasil perde uma esperança de futuro para a construção de um novo país. E nós, seus companheiros de partido e de luta, perdemos um líder, um companheiro, um amigo.

A melhor forma de homenagear a memória de Eduardo Campos é continuar a sua luta por um novo Brasil, com a coragem de mudar para avançar.

Vamos em frente, honrando a sua memória e a sua trajetória, levando como bandeira suas últimas palavras na entrevista de ontem ao *Jornal Nacional*: “Não vamos desistir do Brasil. É aqui onde nós vamos criar nossos filhos. É aqui onde nós temos que criar uma sociedade mais justa. Para isso, é preciso ter a coragem de mudar. De fazer diferente.”

Esse é o nosso compromisso com a memória de Eduardo Campos.

Rodrigo Rollemberg (DF), líder da bancada
Antonio Carlos Valadares (SE)
João Capiberibe (AP)
Lidice da Mata (BA)

Brasil Regional é espaço nobre da música brasileira

O Brasil é conhecido pela diversidade cultural, e o programa *Brasil Regional* tenta preservar essas manifestações populares. Em busca de tesouros musicais, o programa, apresentado na Rádio Senado, leva ao ar canções entoadas nos quilombolas, na floresta, no litoral, no sertão, nas cidades ribeirinhas e nos grandes centros urbanos.

No domingo, o *Brasil Regional* chega à marca de 500 programas, dando vez e voz a inúmeros cantores, intérpretes e compositores, nomes consagrados da MPB e outros desconhecidos do grande público. Na edição, o programa presta homenagem aos 80 anos do músico João Donato, que faz uma participação especial no programa.

Brasil Regional
DOM (17/8), às 7h
TER (19/8), às 23h
QUI (21/8), às 3h

TV exhibe segunda parte de entrevista com Ariano

O programa *Leituras*, da TV Senado, traz neste fim de semana a segunda parte de entrevista inédita com Ariano Suassuna. O escritor, falecido em julho, é o autor de obras como *O Santo e a Porca* e *O Auto da Compadecida*. A entrevista mostra a saga de Ariano em defesa da cultura brasileira, tanto nas manifestações populares quanto em sua formação erudita.

O programa *Em Discussão* exhibe audiência pública sobre a deficiência da capacidade técnica na realização de projetos de engenharia. Representantes do Dnit e engenheiros trataram do assunto na Comissão de Infraestrutura (CI).

Leituras
SÁB (16/8), às 19h
DOM (17/8), à 1h e às 11h

Em discussão
SÁB (16/8), às 23h30
DOM (17/8), às 9h e às 16h30

Representantes do Dnit e engenheiros trataram do assunto na Comissão de Infraestrutura (CI).

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Discursos

9h A sessão ordinária é não deliberativa, destinada a pronunciamentos e comunicados dos parlamentares.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 9h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro
Segunda-secretária: Ângela Portela
Terceiro-secretário: Ciro Nogueira
Quarto-secretário: João Vicente Claudino
Suplentes de secretário:
Magno Malta, Jayme Campos,
João Durval, Casildo Maldaner

Diretor-geral e secretário-geral da Mesa:
Luiz Fernando Bandeira

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich
Diretor-adjunto: Flávio de Mattos
Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Marco Antonio Reis
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Coordenação de Cobertura: Nelson Oliveira
Coordenação de Edição: Sílvia Burl
Coordenação de Multimídia: James Gama
Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana
Edição: André Falcão, Laércio Franzone, Marina Domingos e Ricardo Westin
Diagramação: Beto Alvim e Ronaldo Alves
Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Teles não querem ampliar banda larga, diz relator

Em reunião no Acre, a comissão avaliou o Programa Nacional de Banda Larga. Para o relator da avaliação, Anibal Diniz, as teles não têm interesse em levar a banda larga ao interior do país

DANDO PROSEGUIMENTO AO plano de trabalho elaborado para avaliar o Programa Nacional de Banda Larga (PNBL), a Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) promoveu ontem um debate público no Plenário da Assembleia Legislativa do Acre (Aleac), em Rio Branco.

Anibal Diniz, que é o relator do processo de avaliação na CCT, disse, durante a audiência, que a massificação da internet banda larga esbarra na falta de interesse das empresas de telefonia em atuar em cidades que ficam fora dos grandes centros urbanos.

— Ao buscarem maior lucro, as empresas concentram o mercado nas grandes cidades. É preciso mudar essa realidade e massificar o uso da internet nas regiões mais necessitadas — apontou o senador.

Segundo Anibal, a audiência teve como objetivo levar a discussão para outras regiões do país e buscar soluções, com as autoridades locais, para os entraves que emperram a massificação da banda larga.

Além do senador, participaram do debate o presidente da Aleac, deputado Elson Santiago; Celso Henrique Ribas, da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel); Carlos Rebello, coordenador do Projeto Floresta Digital, do governo acriano; Claudio Santos Larangeira, da Telebras; e representantes de operadoras de telefonia, do governo local e da sociedade civil.

No início da reunião, foi observado um minuto de silêncio em homenagem ao candidato à Presidência Eduardo Campos, morto em acidente aéreo na quarta-feira.

O PNBL, instituído por meio do Decreto 7.175/2010, tem o objetivo geral de fomentar e difundir o uso e o fornecimento de bens e serviços de tecnologias de informação e comunicação. Entre os objetivos específicos, estão massificar o acesso à banda larga, reduzir as desigualdades social e regional e promover a capacitação da sociedade para o uso das tecnologias de informação.

A meta do Ministério das Comunicações é que 40 milhões de domicílios estejam conectados à rede mundial de computadores até o fim do ano.

Políticas públicas

O PNBL foi eleito pela CCT como a política pública a ser avaliada ao longo de 2014 pela comissão, segundo atribuição definida no ano passado. A nova prerrogativa nasceu da Resolução 44/2013 e é resultado do PRS 66/2013, de autoria do presidente do Senado, Renan Calheiros.

A próxima reunião da CCT será em Salvador, no dia 28 deste mês.

Em 11 de setembro, a comissão vai até São José dos Campos (SP) para uma reunião com a empresa Visona Tecnologia Especial S.A. O colegiado agendou ainda uma audiência pública para 28 de outubro com representantes da Anatel e da Telebras. A apresentação do relatório preliminar deve acontecer em novembro. O cronograma pode sofrer alterações.



Presidente do Senado, Renan Calheiros, cumprimenta Dantas após a posse

Bruno Dantas toma posse como ministro do TCU

Tomou posse na quarta-feira como ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) o advogado e consultor legislativo do Senado Bruno Dantas. A indicação de Dantas foi aprovada pelo Senado em abril e confirmada pela Câmara dos Deputados em junho. O presidente do Senado, Renan Calheiros, participou da solenidade de posse.

Bruno Dantas ingressou na carreira de consultor legislativo em 2003. Graduado em direito, com especialização em direito civil e mestra-

do e doutorado em direito processual civil, ele já foi representante do Senado no Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e no Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

A solenidade de posse teve a presença do presidente do Supremo Tribunal Federal, Ricardo Lewandowski; do senador José Sarney (PMDB-AP); dos ministros Edison Lobão, de Minas e Energia, e Garibaldi Alves Filho, da Previdência Social; e do governador da Bahia, Jaques Wagner.

Luiz Fux passa a integrar Tribunal Superior Eleitoral

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luiz Fux foi empossado ontem como ministro efetivo do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Ele assumiu a vaga aberta com a saída do ministro Marco Aurélio, que encerrou o segundo biênio no TSE em maio, quando ocupava a Presidência do tribunal. A solenidade de posse foi conduzida pelo atual presidente do TSE, ministro Dias Toffoli.

Participaram da solenidade o presidente do Senado, Renan Calheiros; o presidente do STF, Ricardo Lewandowski; e o senador

José Sarney (PMDB-AP), cuja trajetória política foi elogiada por Dias Toffoli durante a apresentação das autoridades presentes.

Natural do Rio de Janeiro, Luiz Fux é doutor em direito processual civil pela Universidade do Estado do Rio (Uerj). Atuou como promotor de Justiça do Rio de 1979 a 1982. Foi juiz no TJ-RJ de 1983 a 1997 e desembargador de 1997 a 2001. Exerceu o cargo de ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) de 2001 a 2011. Finalmente, tornou-se ministro do STF em março de 2011.



Capacitar a sociedade para o uso das tecnologias de informação é uma das metas do Programa Nacional de Banda Larga

Vital admite prorrogar trabalhos da CPI da Petrobras

O presidente da CPI da Petrobras, Vital do Rêgo (PMDB-PB), pretende encerrar as atividades da comissão em 14 de novembro, data prevista para votação do relatório final. Entretanto, a dificuldade de quórum nas duas últimas reuniões do colegiado tem preocupado o parlamentar, que já não descarta a necessidade de prorrogação dos trabalhos.

Pela Constituição, o prazo máximo de duração de uma comissão parlamentar de

inquérito é de 180 dias, com possibilidade de prorrogação por até mais 180 dias.

O senador, que é candidato ao governo da Paraíba, lembrou que cada parlamentar precisa se esforçar para que haja continuidade dos trabalhos.

— É um esforço. Cada um de nós tem sua obrigação. Eu tenho atividades eleitorais intensas em meu estado, mas estou aqui — disse Vital, que comanda também a CPI mista, criada para investigar

irregularidades na petrolífera brasileira.

Nestor Cerveró seria ouvido na quarta-feira pela CPI mista, mas o depoimento foi adiado por causa da morte do candidato à Presidência da República Eduardo Campos.

Sindicância

Indagado sobre a sindicância aberta para investigar as denúncias da revista *Veja* de que teria havido vazamento de perguntas para depoentes na CPI do Senado, Vital

informou que o grupo responsável pela investigação já está atuando em sigilo e colhendo depoimentos. A

próxima reunião da comissão está prevista para 4 de setembro, durante o esforço concentrado.



Vital do Rêgo preside CPI da Petrobras, que pode se estender por 180 dias

A CCJ deve reexaminar, em setembro, PEC que concede imunidade tributária a medicamentos de uso humano. Substitutivo mantém impostos estaduais e propõe mudança de forma gradual

Projeto proíbe impostos federais sobre remédios

NO PRÓXIMO ESFORÇO concentrado de votações, previsto para setembro, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) deverá abrir as deliberações com o reexame da PEC 115/2011, que proíbe a cobrança de impostos sobre medicamentos de uso humano. A proposta é de iniciativa do senador Paulo Bauer (PSDB-SC) e novo substitutivo já foi apresentado pelo relator, Luiz Henrique (PMDB-SC).

A PEC 115/2011 havia sido aprovada pela CCJ no final de 2012 e aguardava votação pelo Plenário do Senado quando, em meados de 2013, Francisco Dornelles (PP-RJ) solicitou o reexame do texto. O motivo foi a entrada em vigor da Lei Complementar 143/2013, que reformulou a divisão dos recursos do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE).

Originalmente, Bauer pretendia instituir imunidade de impostos federais, estaduais e municipais sobre os medicamentos de uso humano. Mas, com o reexame da matéria pela CCJ, decidiu apresentar emenda à PEC 115/2011 para alterar o alcance da isenção. A redução das alíquotas interestaduais do ICMS e a proximidade das eleições, cujo resultado poderá alterar o curso da política econômica, foram os argumentos usados para modificação da proposta.

Mudanças

Pela emenda, as contribuições e os impostos federais — exceto o de importação — e as taxas cobradas por União, estados, Distrito Federal e municípios em razão do poder de polícia (taxas sanitárias, alvarás e licenças de funcionamento, entre outras) deixarão

de incidir sobre os medicamentos de uso humano.

Na perspectiva de aliviar o impacto da medida sobre os cofres públicos, Bauer propôs a adoção gradual da mudança. Assim, a incidência dessas contribuições federais e taxas será reduzida aos poucos, à razão de 20% ano, até ser extinta no quinto ano após a promulgação da PEC 115.

Guerra fiscal

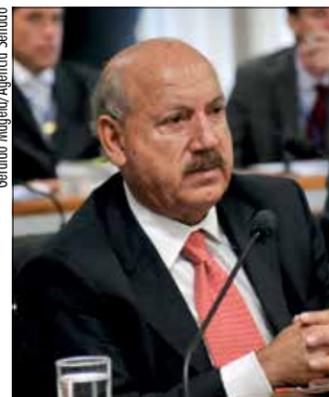
Ao acolher a emenda de Bauer como novo substitutivo à PEC 115/2011, Luiz Henrique ponderou que a tentativa de conceder imunidade do ICMS na fabricação de medicamentos de uso humano — prevista no substitutivo aprovado anteriormente pela CCJ — esbarrou em “anomalias” geradas pela guerra fiscal entre os estados.

“No caso de um laboratório comprar matéria-prima de outro estado, é forte o temor de que o fisco do estado de fabricação do medicamento não reconheça os créditos do ICMS a que o laboratório teria direito pela aquisição em outro estado de insumos empregados em mercadoria imune (isto é, o medicamento de uso humano)”, exemplifica o relator.

Depois do reexame, a PEC 115/2011 irá novamente ao Plenário do Senado.



Bauer propõe mudança gradual para aliviar impacto sobre cofres públicos



Luiz Henrique é o relator da PEC 115, que terá de passar pelo Plenário

Novas regras para farmácias em 45 dias

Foi sancionado, com três vetos, o projeto que regulamenta o funcionamento das farmácias de todo o país. Com a rejeição de um dos dispositivos, as novas regras passam a valer em 45 dias, e não mais imediatamente, como previa o texto aprovado pelo Congresso.

O projeto da regulamentação das farmácias (PLS 41/1993), que tramitou mais de 20 anos no Congresso, foi aprovado pelo Plenário do Senado em julho. Agora a Lei 13.021/2014 define farmácia como “unidade de prestação de serviços destinada a prestar assistência farmacêutica, assistência à saúde e orientação sanitária individual e coletiva”. Os estabelecimentos são classificados em “farmácia sem manipulação ou drogaria” e “farmácia com manipulação”.

Passa a ser exigida a presença permanente de um farmacêutico tecnicamente habilitado e exclusivo durante todo o horário de funcionamento

do estabelecimento. Hoje, a legislação prevê apenas a presença de “técnico responsável inscrito no conselho regional de farmácia” e admite, em algumas situações, a substituição por “prático de farmácia” ou “oficial de farmácia”.

Vetos

Além da vigência imediata, a presidente Dilma Rousseff vetou artigos que proibiam a atuação de “postos de medicamento”, “dispensários” e “unidades volantes” — todos previstos na Lei 5.991/1973

— no fornecimento de medicamentos, cosméticos com indicações terapêuticas e fórmulas magistrais, entre outros produtos.

Segundo a Presidência, a restrição poderia colocar em risco a assistência farmacêutica à população de diversas regiões, principalmente nas localidades mais isoladas. Também foi vetado artigo que reservava a atividade de fiscalização das farmácias ao fiscal farmacêutico, pois a previsão poderia interferir em competências dos entes federativos.



Farmácias terão de se adequar à lei, que obriga presença de farmacêutico

Serviço voluntário poderá ser aproveitado na graduação

O tempo dedicado ao trabalho voluntário poderá ser convertido em créditos curriculares em cursos de graduação no ensino superior. A medida, prevista no Projeto de Lei do Senado (PLS) 339/2013, do ex-senador Sérgio Souza, está pronta para ser votada pela Comissão de Educação (CE).

Pela proposta, o serviço voluntário prestado poderá ser convertido em atividade curricular até o limite de 15% dos créditos a serem cumpridos para a conclusão da gradua-

ção, desde que atenda a três requisitos: guarde afinidade com o curso, seja realizado em concomitância com os estudos e seja supervisionado pela instituição de ensino.

Na justificativa, o autor lembra a relevância do trabalho voluntário em outros países. A intenção do projeto, segundo ele, é incentivar uma cultura do voluntariado no Brasil.

Se aprovada na comissão, a proposta poderá seguir para a Câmara dos Deputados.



Pela lei sancionada por Dilma, guardas municipais poderão portar armas de fogo

Sancionado Estatuto Geral das Guardas Municipais

A presidente Dilma Rousseff sancionou sem vetos o Estatuto Geral das Guardas Municipais (Lei 13.022/2014). Com isso, foi mantido o ponto mais polêmico do texto, a autorização do porte de armas de fogo pelos integrantes dessas instituições, de caráter civil.

A lei estabelece como competência geral das guardas municipais a proteção de bens, serviços, logradouros públicos municipais e instalações dos municípios. O texto determina a organização em carreira única, com plano de cargos e salários, e estipula limites para os efetivos. Um município de 50 mil habitantes, por exemplo, poderá ter até 200 guardas municipais.

Pela lei, os guardas municipais deverão encaminhar ao delegado de polícia, diante de flagrante delito, autores de infrações penais, preservando o local do crime. A guarda também poderá auxiliar na segurança de grandes eventos, atuar na proteção de autoridades e desenvolver ações preventivas na segurança escolar.

A guarda deverá colaborar com os órgãos de segurança pública em ações conjuntas e contribuir para a pacificação de conflitos. Mediante convênio com órgãos de trânsito estadual ou municipal, poderá fiscalizar e expedir multas.

A proposta do estatuto (PLC 39/2014) foi aprovada pelo Plenário do Senado em julho.

Texto propõe arquivamento digital de prontuário médico

Projeto do senador Roberto Requião (PMDB-PR) autoriza os profissionais e os estabelecimentos de saúde a trocar as cópias de prontuários em papel por arquivos digitais.

A medida, prevista no PLS 167/2014, seguirá os padrões da Lei da Digitalização (Lei 12.682/2012). De acordo com o projeto, os originais poderão ser descartados depois de digitalizados, com exceção dos documentos com valor histórico, que devem observar a legislação relativa ao tema.

A lei atual determina que as instituições de saúde têm que armazenar os prontuários de pacientes de forma segura por 20 anos. O senador argumenta que há um grande volume de

papel nos hospitais, o que faz com que esses prontuários sejam armazenados de forma precária. Além disso, o volume de prontuários gera dificuldade de acesso às informações.

“Os prontuários digitalizados podem ser armazenados em ferramentas de gerenciamento de documentos eletrônicos que preservam a privacidade e confidencialidade da informação, bem como facilitam o acesso autorizado para as informações, imprescindíveis para o bom atendimento ao paciente”, diz a justificativa do projeto.

O projeto está na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e é relatado pelo senador Cícero Lucena (PSDB-PB).